Revista de Ciências Humanas e Sociais | ISSN: 2447-0244
Vol. 1, n. 1, jan-jun. 2015
Missões

ELITISMO, PLURALISMO E DEMOCRACIA

Diferentes abordagens teóricas para pensar o problema da representatividade nas democracias contemporâneas

José Augusto Hartmann[1]

Resumo
Esta exposição, de caráter ensaística, visa pensar o problema da representatividade nas democracias liberais contemporâneas à luz das proposições pluralistas – reconhecidas pela defesa desse tipo de sistema político. Entretanto, para construir essa análise, traz-se as problematizações realizadas pelo elitismo, que põe a questão da fatalidade do governo de uma minoria. As contribuições deste trabalho dirigem-se no sentido de refletir sobre a representatividade política – tema muitas vezes questionado. Para isso, optou-se por mobilizar o que convencionou-se chamar de pluralismo, uma vez que, ao abordar o tema da responsividade, constroem um modelo que discute com a filosofia política liberal, ao sofrer as influências do realismo dos elitistas, a questão da representatividade dos modelos democráticos liberais. Os resultados, ainda que não se proponha um trabalho empírico, vão no sentido de pensar um modelo explicativo e metodológico para o problema da representatividade política.

Palavras-chave: Elitismo. Pluralismo. Representatividade. Responsividade.

Resumen
Esta exposición, que es un ensayo apunta a pensar que el problema de la representación en las democracias liberales contemporáneas a la luz de las propuestas del pluralismo – teoría reconocida por la defensa de este tipo de sistema político. Sin embargo, la construcción de este análisis, nos lleva a las problematizaciones realizadas por el elitismo, lo que plantea la cuestión de la imposición de un gobierno oligarquico. Las contribuciones de este trabajo se abordan con el fin de reflexionar sobre la representación política - un tema a menudo cuestionada. Para ello, se optó por movilizar a lo que se llama el pluralismo, ya que, al abordar la cuestión de la capacidad de respuesta , construi un modelo que desafía la filosofía política liberal, sufriendo las influencias del realismo de los elitistas , pensando la cuestión de la representación de los modelos democráticos liberales. Los resultados, aunque no se propone en un examen empírico, van hacia pensar un modelo explicativo del pensamiento y la metodología para el problema de la representación política.

Palabras clave: Elitismo. Pluralismo. Representación. capacidad de respuesta.

A representatividade política é constantemente posta em questão. Tema muitas vezes ligado aos estudos de elites políticas esteve, deste modo, em destaque na consolidação do campo da Ciência Política com os autores elitistas como Mosca, Pareto e Michels. Esses autores aparecem, portanto, aqui, como problematizadores do tema da

[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná. Contato: jahartmanncp@gmail.com

representatividade, principalmente por imputar um aspecto mais realista ao pensamento político. Num exemplo mais cotidiano, poderíamos pensar sobre os questionamentos quanto à representatividade ou não dos partidos políticos no Brasil contemporâneo. Neste trabalho não entrar-se-á nesta temática dos protestos ocorridos no mês de junho de 2013 no Brasil, ou das críticas realizadas então sobre o seu modelo representativo. Levanta-se questões acerca da representatividade nas democracias liberais contemporâneas a partir do viés teórico do pluralismo – corrente fundamental neste campo de estudos.

1. Elitismo

Gaetano Mosca contribuiu para a formação do campo, principalmente ao propor uma Ciência Política que "afastava critérios climáticos ou raciais de sua análise" (MOSCA, 1992, p. 92). Identificava a existência de uma "tendência psicológica" ao progresso social e cultural no que chama de "três grandes raças", recusando critérios racialistas (MOSCA, 1992, p. 93) Propunha, então, que a ciência política devesse se pautar na análise dos "fatos sociais" e na análise histórica, enquanto análise rigorosa de "fatos históricos" (MOSCA, 1992, p. 95). O que os cientistas sociais e políticos deveriam observar seria: "Costumes sociais e organização política e administrativa dos diversos povos" (MOSCA, 1992, p. 96), afim de que se verifique e prove os fenômenos de difícil acesso dessas ciências. Diferentemente de Max Weber, Mosca recusa critérios subjetivos e apontou para "documentos formais como única fonte segura de informação" (MOSCA, 1992, p. 101). Seu interesse recaiu, portanto, sobre sociedades, que o autor definiu como grandes organismos políticos com "numerosas reuniões de homens moral e politicamente unidos" (MOSCA, 1992, p. 103).

Ponto comum à teoria das elites, da qual são os maiores representantes, além de Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels, é a ênfase dada no suposto fato do invariante governo da minoria. Os autores apresentam algo muito próximo do que Michels chamou de uma "lei de bronze da oligarquia" (MICHELS, 1982, pp. 225-236), isto é, o fato de que sempre houve e haverá minorias que governam a maioria, a massa. Em Michels, essa "lei" refere-se a que onde ocorre organização, dá-se o concurso de formação de uma elite. Obviamente os argumentos e análises dos três autores não são exatamente os mesmos.

O primeiro dos autores aqui abordados, Mosca, afirma que em todas as sociedades se dá a ocorrência de uma classe dirigente ou política, que é caracterizada por ser "uma

minoria na direção das funções políticas e que monopoliza o poder, desfrutando das vantagens que disso decorre" (MOSCA, 1992b, p. 106). Essas vantagens provêm do fato de que esse monopólio do poder permite a administração dos meios de subsistência. Portanto, organizando-se, a classe dirigente, que pode ter uma origem diversa, como militar, sacerdotal, hereditária, política (na medida em que leis tornam-se socialmente importantes), ou de outra ordem, passa a controlar bens escassos, necessários. Tal situação é, para o autor, irrevogável, assim como, a existência de uma liderança acima, mesmo, do organismo político – que tem um poder de pressão muito maior que do restante da "massa" sobre o restante da classe dirigente (MOSCA, 1992b, p. 107).

Gaetano Mosca põe como central na sua análise a organização. Para o autor, minorias têm interesses comuns, para o que se organizariam para realizar seus objetivos. É o fato de ser organizada que "permite às minorias conseguir governar, apesar de qualquer iniciativa individual de dentro da maioria desorganizada" (MOSCA, 1992b, p. 110). Para que "uma minoria se faça dirigente, precisa, contudo, de fundamentos morais e legais" (MOSCA, 1992b, p. 131). As minorias organizadas originam-se da comunhão de valores irracionais comuns. São "tipos sociais" que, na medida em que o contato entre diversas civilizações aumenta (não podendo simplesmente destruir os outros), passa-se a, somente, impor esses valores aos demais. O que faz surgir "os tipos nacionais" (MOSCA, 1992b, p. 138). Quanto maior a união moral, entendida como "crenças religiosas e políticas, estratos sociais, cultura intelectual, línguas, hábitos e costumes familiares" (MOSCA, 1992b, p. 161), entre as classes sociais, maior "a força ou a debilidade que em certos momentos mostram alguns organismos políticos" (MOSCA, 1992b, p. 158).

Pareto, assim como Mosca, também destaca elementos psicológicos na análise social. Entretanto, destacamos, em Mosca não se verá "referência a uma qualidade biológica" (MOSCA, 1992a, pp. 91-92). Pareto, por seu turno, destaca duas partes distintas das ações não-lógicas, como a política: os Resíduos, parte instintiva, sentimentos, que sustentam muitas ações, e as Derivações, que são as tentativas de explicar, justificar e/ou demonstrar a primeira, "muitas vezes por sofismas" (PARETO, 1984a, p. 61). Desse modo, os Resíduos são a verdadeira motivação dos atores, encontram-se na subjetivamente e dirigem as decisões, entretanto não são sempre abertamente declarados, sendo que muitas vezes suas "Derivações consistem de explicações pseudológicas para dados instintivos que não se conhecem ou controlam" (PARETO, 1984b, p. 67). Portanto, para Pareto, os estudos sociais devem se concentrar nos Resíduos, isto é, em aspectos psicológicos, para

não serem uma "vã descrição de explicações pseudológicas ou mesmo lógicas mas não fulcrais" (PARETO, 1984b, p. 70).

Pareto passa, então, a defender uma heterogeneidade natural dos seres humanos. Essa diferença estaria presente em aspectos físicos, morais e intelectuais (PARETO, 1984c, p. 75). Daí decorreria a separação social entre superiores, a "classe eleita (elite)", podendo ser de governo ou não, e inferiores, a "classe não-eleita" (PARETO, 1984c, pp. 76-77). Ocorre que muitas vezes, por hereditariedade, alguém esteja dentro da "classe eleita", use sua "etiqueta", sem que seja naturalmente pertencente a ela (PARETO, 1984c, p. 77). As "aristocracias" que se formam nas "classes eleitas" não permanecem eternamente, sendo que se dá uma contínua "circulação das elites" (PARETO, 1984c, p. 78). Por isso, afirma o autor, a "história é um cemitério de aristocracias" (PARETO, 1984c, p. 81). Entretanto, essa circulação não promoveria a qualidade das "classes eleitas". Muitas vezes, devido ao uso das "etiquetas" hereditariamente as aristocracias decrescem qualitativamente (PARETO, 1984c, p. 81), e incitados por "elementos superiores", "elementos inferiores" promovem uma Revolução, isto é, retiram a "aristocracia" presente que é substituída por outra (PARETO, 1984c, p. 82).

O terceiro dos autores elitistas analisados, Robert Michels, concorda com os demais quando afirma que "Quem diz organização, diz oligarquia" (MICHELS, 1982, p. 238). Mas, inversamente ao que afirmava Mosca, para Michels são as organizações criadoras de minorias. Michels aponta para uma aparente contradição, que o levará a uma profunda crítica da democracia. Para o autor "a organização é necessária aos indivíduos, principalmente os mais fracos. Porém, é a organização que gera oligarquia" (MICHELS, 1982, pp. 15-16).

O primeiro grupo de dificuldades para a "soberania das massas" é de ordem mecânica e técnica, relativa à impossibilidade de reunião de todos, que acabam por delegar para serem representados (MICHELS, 1982, pp. 17-18). Na medida em que aumenta a necessidade de especialização, forma-se uma burocracia e destacam-se chefes especializados, seja nos parlamentos, seja nos partidos. O mesmo ocorre nos partidos socialistas, aqueles que teriam menor tendência aristocrática. Cada vez mais, consequentemente a esse processo de especialização, havendo necessidade de uma prontidão de membros preparados ao embate, diferencia-se uma "minoria dirigente" da "maioria dirigida" (MICHELS, 1982, p. 21).

Somada as causas técnicas e administrativas, Michels apresenta causas de ordem psicológica. As "massas" têm indiferença à participação partidária, estando mesmo "encantada por ter encontrado indivíduos dispostos a cuidar dos seus assuntos" (MICHELS, 1982, p. 35). Assim, a massa garante, por meio de gratidão, "uma espécie de auréola de santidade e de martírio [...] em troca dos serviços prestados [pelos líderes partidários]" (MICHELS, 1982, p. 39). Deste modo, as "multidões se curvam sempre, e de bom-grado ao jugo dos indivíduos célebres" (MICHELS, 1982, p. 47). O terceiro conjunto são os fatores intelectuais. Aqui, destaca-se, "pela instrução, a superioridade dos dirigentes, que ganham experiência com os anos no parlamento" (MICHELS, 1982, p. 53).

Portanto, concomitantemente ao desenvolvimento das organizações, como do partido socialista (social-democrata), se dá um processo de elitização. A burocratização do partido privilegia o distanciamento das "massas" e, também, a ascensão de chefes. Formada uma oligarquia, a disputa concentra-se "entre os que estão dentro e os que esperam do lado de fora, entre os capitães e os aspirantes ao capitanato" (MICHELS, 1982, p. 97). Cheios de vaidade, os chefes passam a se crer grandes homens, e fazem de tudo para permanecerem no poder. Mesmo desiludidos, já não podem deixar para trás, pois dependentes financeiramente do partido, apenas abandonam o "idealismo" socialista (MICHELS, 1982, pp. 118-119). Esse processo é, sugere Michels, avassalador mesmo sobre ações profiláticas. A formação de oligarquias em organizações surge, então, como uma lei de bronze que não se pode combater. Mesmo os partidos operários não resistem a essa lei, pois sua centralização "repousa sobre os mesmos fundamentos do Estado: autoridade e disciplina (MICHELS, 1982, p. 221). A necessidade de centralização e organização, por sua vez, nasce do fato de que "a única alternativa é a de que a riqueza social só poderá ser administrada de forma satisfatória por intermédio de uma burocracia ampla" (MICHELS, 1982, p. 229).

Percebe-se, portanto, o desencantamento que esses autores apresentam em relação à representação política. O que está em jogo, pode-se perceber nas três conclusões, é a direção que uma minoria dará à maioria – sem que isso signifique representação da vontade da maioria.

No decorrer do século XX o debate acerca desse problema tomou novos rumos, encaminhando a Ciência Política para um aprofundamento do que se convencionou chamar de estudos de "elites políticas" (PERISSINOTTO; CODATO, 2008). A partir daí,

construíram-se diversas contribuições e correntes teóricas, que propunham diferentes estratégias para a abordagem do problema.

Uma das mais significativas contribuições ao campo é, incontestavelmente, o pluralismo. Em um artigo de 1962, Bachrach e Baratz apresentam as diferenças entre o pluralismo e o elitismo do início do século XX. A diferença inicial estaria calcada em que elitistas compreendem o poder como exercício centralizado, enquanto pluralistas o veriam descentralizado (BACHRACH; BARATZ, 2011). O poder, para os pluralistas, estaria relacionado à tomada de decisões. Quem toma as decisões exerce poder, enquanto os demais aceitam ou não o poder desse grupo. Contudo, a crítica ao elitismo realizada por Robert Dahl, apontou para a formação de lideranças políticas profissionais, capazes de "articular as preferências individuais e, assim, agrupar contingentes eleitorais, tornando-se representante desses grupos de eleitores" (PIO; PORTO, 1998, p. 300). Desse modo, para o pluralismo, os indivíduos interessados pela política reunir-se-iam em grupos de apoio ou oposição a alguma proposta, enquanto os desinteressados elegeriam os primeiros, desconsiderando a existência de alguma "elite dirigente" permanente, como afirmavam os elitistas (PIO; PORTO, 1998, pp. 302-303). O Estado apresentar-se-ia, deste modo, como uma arena neutra ocupada por minorias organizadas que teriam por objetivo implementar as suas preferências.

2. Pluralismo

Tendo como problema a questão do poder e da democracia, a teoria pluralista lança mão do comportamentalismo (behaviorismo), destacando o papel dos atores sociais, contra um institucionalismo engessado a um formalismo que se preocupa somente com regras constitucionais, como se a política fosse regida apenas por essas ("velho" institucionalismo).

O pluralismo visou romper com essa tradição, analisando o comportamento "real" dos atores sociais. Além disso, o pluralismo visa ser ciência, no sentido empírico, buscando escapar de um caráter especulativo, próprio da filosofia política, afirmando ser necessário testar as proposições teóricas. David Easton também houvera verificado a formação de uma corrente na Ciência Política que passaria a privilegiar o comportamento. Entretanto, afirma haver um "movimento do comportamento", ainda que, verifica, a maioria desses pesquisadores atua entre a pesquisa de comportamento e um método

institucional tradicional (EASTON, 1968, pp. 24-25). A formação de um método comportamentalista, a que está associado o pluralismo, passaria pela "volta ao indivíduo como ponto focal de uma pesquisa política" (EASTON, 1968, p. 28). A Ciência Política comportamentalista teria de considerar dois pontos fundamentais: 1) a empiria e 2) "localizar unidades estáveis", assim como partículas na física (EASTON, 1968, p. 35). A partir dessas unidades básicas, “poder-se-ia fazer generalizações e verificar padrões, objetivo final das ciências sociais” (EASTON, 1968, p. 36). Portanto, o que Easton propunha, era que se verificasse sistemas sociais e políticos como sistemas de comportamento, e não estruturais, característico do institucionalismo que o autor estava criticando. Para o autor, que visava um novo institucionalismo, as ações são orientadas visando afetar valores. Exitosas, passam a afetar a todos, determinando comportamentos. Deste modo, o comportamento pode ser considerado ponto central dessa posição.

Deste modo, o conhecimento científico da política, nessa perspectiva comportamentalista, que estará presente no pluralismo, deve ser passível de teste, sem que se fixe em mera conceituação. John G. Gunnell, afirmará que o pluralismo tem dois aspectos: um descritivo e outro normativo (GUNNELL, p. 253). Entretanto, expõe Robert Dahl, uma Ciência Política pluralista deve tratar apenas de uma “reação observável”, consequentemente tendo por princípio um objeto empírico (DAHL, 1989a, p. 103).

As democracias liberais contemporâneas têm como justificativa a busca pela melhor forma possível de garantir responsividade dos governantes para os governados. Lançando mão do comportamentalismo, isto é, destacando o papel dos atores sociais como objeto de estudo, a teoria pluralista, questiona se é possível construir um sistema para se chegar a decisões que sejam compatíveis com a igualdade política e que, simultaneamente, defenda os direitos das minorias.

Dahl parte deste que era o questionamento de um dos principais teóricos do liberalismo norte-americano, James Madison, que, segundo o politólogo, não resiste ao exame prático, pelo que chamará aquela de teoria populista (DAHL, 1989a. p. 93). O autor de New Heaven propõe por à prova empírica a teoria madisoniana, colocando o problema da intensidade. Dahl verificará que minorias desejam mais intensamente seus objetivos, em detrimento de uma maioria total ou quase indiferente (DAHL, 1989a, p. 93). De algum modo, os regimes poliárquicos deveriam, e isso já em Madison, resguardar o interesse da minoria, principalmente quando é relativamente grande. Tem-se, então o problema da medição de intensidades, esse um problema lançado pelos pluralistas. Devido a esta

dificuldade, não seria razoável medir somente escolha: "Neste sentido, de medir intensidades de sentimentos ou sensações, carece de sentido dizer que A prefere x a y mais do que B prefere y a x" (DAHL, 1989a, p. 101). Daí a necessidade de se analisar comportamentos, afim de se perceber preferências (DAHL, 1989a, p.102). Os mecanismos verificados por Dahl, passíveis de teste, para assegurar as preferências das minorias seriam as regras constitucionais, um sistema social de interesses diversificados e o fato de que os indivíduos se reconhecem em mais de um grupo, tornando concorrente entre si própria a maioria.

Criticando o modelo de elite dirigente dos elitistas, Robert Dahl afirma que a defesa de que "as coisas são dirigidas por 'alguém'" isto é uma elite, não se sustenta (DAHL, 1970, p. 90). Isso pois, um tal sistema explicativo parte da noção de que um grupo, uma classe, partidos, indivíduos exercem influência e/ou poder sobre os demais. Apresenta-se, inicialmente, a dificuldade em medir a influência ou poder, além de que, de qualquer modo, isso precisaria ser realizado empiricamente, "o que não fazem os elitistas" (DAHL, 1970, p. 92). Deste modo, poder-se-ia analisar um "grupo de controle", isto é, um grupo que seus interesses geralmente prevaleçam. – esse seria uma elite dirigente se não fosse apenas um controlador das regras democráticas (DAHL, 1970, pp. 93). O fato de grupos terem mais influência que outros não quer dizer que sejam elite dirigente.

No *Who Governs?* Dahl destacará outro ponto central da análise pluralista, a saber, a posse ou não de recursos (sociais, políticos). Isso pois, os recursos são fonte potencial de influência. Destaca-se que a posse de determinados recursos não é sinônimo de influência. A influência depende não só da quantidade de recurso, se são aplicáveis na área pretendida, mas depende, também, de "aplicação com eficiência" (DAHL, 1989b, p. 272). Deste modo, as estratégias dos atores para transformar recursos em influência são fundamentais. Destaca-se ainda, que inseridos numa rede relacional, algumas vezes com vários outros grupos, deve-se "considerar recursos agregados, originários dessas relações" (DAHL, 1989b, p. 273). Além disso, os objetivos dos indivíduos "são diferentes de acordo com sua condição social, além de subjetividade" (DAHL, 1989b, p. 275). Não obstante, Dahl verificará, ao analisar recursos como renda, posição social, educação, ocupação e moradia que quem "detém mais recursos participa, preferencialmente, profissionalmente da política, enquanto com menos recursos participam com menos profundidade", o que aponta para a importância deste exame (DAHL, 1989b, p. 282).

Sendo a democracia um ideal, o que caracterizaria um regime plural, poliárquico – o mais próximo de uma democracia – seria "a contínua responsividade do governo às preferências de seus cidadãos, considerados politicamente iguais" (DAHL, 2005a, p. 25). Dahl, portanto, aproxima-se dos elitistas ao reconhecer que a posse e o uso de determinados recursos faz com que minorias sejam privilegiadas para controlar o Estado, mas, por outro lado, defende que outros grupos possam ser atendidos. Do contrário, ter-se-ia regimes oligárquicos ou hegemonias fechadas. A participação e contestação, propõe Dahl, propicia a substituição de grupos tradicionais e permitem a inclusão de novas minorias. Gunnell afirma que em Who govern's de 1961, Dahl fará a crítica do modelo de elite dirigente dos elitistas, apontando para diferentes grupos de interesse como "formuladores das regras do jogo", ao invés de uma única elite (GUNNELL, 1996, pp. 262-263). Portanto, para o pluralismo, os regimes poliárquicos se caracterizam pelo fato de que "vários pequenos grupos podem participar do jogo democrático, garantindo, assim a representação das minorias" (GUNNELL, 1996, p. 261).

Na Poliarquia, Dahl definiu um modelo de Estado democrático (ideal), em que a democracia é definida como "a contínua responsividade do governo às preferências de seus cidadãos, considerados politicamente iguais" (DAHL, 2005, p. 25). Medir-se-ia a aproximação à democracia pela responsividade do Estado, analisando-se, para isso, a possibilidade de contestação e o direito de participação dos cidadãos. Não havendo uma democracia completa, mas sendo este um conceito que representa o ideal de responsividade, os Estados com maior liberdade de contestação pública e inclusividade, ou participação, seriam poliarquias, enquanto seu extremo oposto, hegemonias fechadas. Haveria ainda oligarquias competitivas, Estados em que se permite contestação pública, porém sem participação, e hegemonias inclusivas, com participação, mas sem contestação pública. Segundo esse sistema, as poliarquias podem ser analisadas essencialmente em "regimes nacionais, isto é, regimes tomados ao nível do país, ou, se quiserem, de Estado legalmente independente, ou, para usar termos menos apropriados, da nação ou Estado-nação" (DAHL, 2005, pp. 33-34).

Nota-se que mesmo as poliarquias, segundo Robert Dahl, não são caracterizadas pela participação de toda a população, e os Estados que não se caracterizam por serem poliarquias têm uma sofrível participação ou abertura para contestação. De qualquer modo, o Estado não é composto, mesmo em poliarquias, pela maioria, mas por minorias organizadas. Deste modo, dada a incapacidade de organização da maioria, estabelecida em

muitos grupos de interesse, o Estado acaba por representar o interesse de algumas minorias organizadas. Destaca-se, portanto, a ação de elites no governo dos Estados, mesmo poliárquicos. Não obstante, deve-se considerar que quanto maior a participação e a contestação, maior a importância da maioria em relação às minorias organizadas.

Frente a menor significância dada por aqueles que Dahl chamou de democratas liberais ou radicais, Mosca e Croce, à democracia parlamentar, que poderia ser classificada como poliarquia ou quase-poliarquia, o pesquisador americano defende esse modelo em relação aos regimes menos responsivos. Mosca e Croce apontavam para o caráter pouco inclusivo em qualquer regime político, uma vez que para eles "todo regime é dominado por uma minoria governante" (DAHL, 2005, p. 39), o que Dahl não desconsidera. Entretanto, para Dahl, relativamente a regimes hegemônicos duramente repressivos, as diferenças para as poliarquias são muito sensíveis, o que levou até mesmo Gaetano Mosca a confessar ser "o parlamentarismo melhor que o fascismo em 1925" (DAHL, 2005, pp. 39-40). Poliarquias plenas caracterizar-se-iam, diversamente dos modelos menos responsivos, segundo Dahl, por propiciarem:

> [...] oportunidades de exercer oposição ao governo, formar organizações políticas, manifestar-se sobre questões políticas sem temer represálias governamentais, ler e ouvir opiniões alternativas, votar secretamente em eleições em que candidatos de diferentes partidos disputam votos e depois das quais os candidatos derrotados entregam pacificamente os cargos ocupados aos vencedores etc (DAHL, 2005, p.41).

A maior participação e contestação, propõe Dahl, propicia a substituição de grupos tradicionais e permitem a inclusão de "partidos mais eficazes em atrair as classes médias" (DAHL, 2005, p. 44). Havendo tal processo inclui-se uma maior parcela da população na representatividade realizada pelo governo, ainda que jamais se alcance a totalidade. Nas poliarquias existentes, verificadas na pesquisa do autor, Robert Dahl argumenta que sua formação se deu principalmente pelo aumento da contestação pública, seguido pelo aumento da inclusividade. Isso possibilitou um processo em que "as regras, as práticas e a cultura da política competitiva desenvolveram-se primeiramente entre uma pequena elite, e a transição crítica da política não partidária para a competição partidária também ocorreu inicialmente dentro do grupo restrito" (DAHL, 2005, pp. 53-54).

Evidencia-se, portanto, a ênfase dada no modelo dahliano da condicionante para a participação política do interesse de grupos e indivíduos. A participação política se daria, somente quando "os indivíduos notassem que seus interesses estivessem em jogo" (PIO;

PORTO, 1998, p. 300). Nesses casos ocorreriam as alianças, formadas pelo agrupamento de indivíduos "em diferentes coalizões, contra e a favor" (PIO; PORTO, 1998, p. 301). Desse modo, poder-se-ia verificar "grupos de interesses [...] mutáveis em sua constituição e poder político" (PIO; PORTO, 1998, p. 301). A segurança das regras do jogo garantiria, assim, a poliarquia. Tal segurança permitiria aos grupos organizados e com maior capacidade de convencimento ter "maior capacidade de realizar seus interesses" (PIO; PORTO, 1998, p. 302).

Portanto, no modelo pluralista, as sociedades são percebidas "como compostas de diversos centros de poder, sendo que nenhum deles é totalmente soberano" (ROCHA, 2005, p. 12). Nesse modelo, o Estado não recebe o peso de uma instituição definidora das relações políticas, mas se "adota o conceito de grupo de interesse ou grupo de pressão como instrumento analítico para o processo de *decision-making*" (ROCHA, 2005, p. 12).

Constituídos enquanto Estado, os membros das elites organizadas podem se utilizar de meios para eliminar oposições, sejam violentos ou não. Essas práticas dependem do custo da tolerância às oposições. Segundo Dahl, num dos axiomas apresentados na Poliarquia, a probabilidade de tolerância "aumenta com a redução da capacidade de o governo usar de violência ou sanções sócio-econômicas para eliminar uma oposição" (DAHL, 2005, p. 64). Sendo favorecida a política competitiva, isto é, sendo os custos para eliminar oposição mais alta que a tolerância a ela, pode-se afirmar existir uma "ordem social pluralista", diferentemente de uma "ordem social centralmente dominada", quando prevalece a hegemonia (DAHL, 2005, pp. 66-67). Uma ordem pluralista tende a ser desenvolvida na medida em que se promova a igualdade de recursos políticos, para o que a distribuição de recursos econômicos também é considerada importante, "não permitindo antagonismos que possam produzir um colapso do governo instituído" (DAHL, 2005, p. 111). Além dos fatores econômicos, outros fatores aparecem como essenciais para a estabilidade de um governo. Dahl não desconsidera a importância das relações institucionais na manutenção das poliarquias, afirmando que aquelas que mantiveram um executivo forte desde o século XIX tiveram maior êxito na sua manutenção. Outra característica verificada pelo autor é a presença de partidos políticos, capazes de granjear em si os conflitos, tornando-os toleráveis (DAHL, 2005, p. 124).

Portanto, poder-se-ia aproximar as ordens sociais centralmente dominadas ao conceito elitista de "elite dirigente", ainda que Dahl aponte para a fragilidade da afirmação de "que em alguns sistemas políticos determinados há grupos de pessoas que de algum

modo exercem poder ou influência sobre outros participantes do sistema" (DAHL, 1970, p. 91). Isto pois, não se poderia constatar uma elite dirigente sem que essa exercesse influência ou poder. Assim, poder-se-ia definir que "elite dirigente [...] é um grupo de controle menor do que a maioria e que não é um simples arranjo de regras democráticas. É uma minoria de indivíduos cujas preferências regularmente prevalecem em casos de diferenças acerca da escolha de objetivos políticos fundamentais" (DAHL, 1970, p. 93). Não se pode desconsiderar que, para Dahl, aqueles que não se interessam em se organizar para tornar-se elite, ainda assim têm a possibilidade de apoiar ou rejeitar as elites organizadas.

Dahl também diferencia poder de influência, logo que, para o autor, poder pode ser exercido sobre um objeto ou animal, diferentemente de influência (DAHL, 1981, p. 26).

Enquanto "poder" consiste em fazer com que alguém, ou alguma coisa, execute algo ainda que não sendo de sua vontade, "influência" pode ser apresentada por um modelo em que "se há duas pessoas num sistema, A e B, A influenciará B na medida em que o comportamento de B se alterar no sentido desejado por A" (DAHL, 1981, p. 26). A ação de B, em reconhecer e realizar a vontade de A, caracteriza-se por ser uma "influência manifesta" (DAHL, 1981, p. 27). Entretanto, eventualmente pode se dar uma "influência implícita", conceituada do seguinte modo: "Se A deseja o resultado X, então, mesmo que A não aja com a intenção de causar o comportamento de B de modo a realizar X, estará exercendo influência implícita sobre B se seu desejo de que X se realize causar atos de B no sentido da realização de X" (DAHL, 1981, p. 27). Assim, destaca-se que a influência somente pode ser exercida sobre alguém, diferentemente de poder. No modelo de "elite dirigente", sempre há uma minoria que detém o poder, e, por outro lado, uma maioria sobre quem o pesa, o que não é verificado por Dahl em ordens sociais pluralistas. Para Dahl dificilmente poder-se-ia verificar uma "elite dirigente" porquanto "o poder relaciona-se a questões específicas, fugazes ou persistentes, instaurando coalizões entre grupos de interesse na busca de certos objetivos" (ROCHA, 2005, p. 12). Não se localiza no Estado, portanto, o único veículo do sistema político mas:

> [...] são as demandas e apoios (inputs) dos grupos de pressão que vão delinear as políticas públicas (outputs). O governo e suas políticas são vistos como resultado dos inputs vindos da sociedade. O Estado é considerado como algo neutro, cuja função é promover a conciliação dos interesses que interagem na sociedade, segundo a lógica do mercado (ROCHA, 2005, p. 13).

Para o desenvolvimento de poliarquias, segundo Robert Dahl, não pode ser verificado um único fator de formação, uma vez que "fatores explanatórios usuais – nível de desenvolvimento socioeconômico, urbanização, educação, dimensão da classe média, renda per capita, e assim por diante" (DAHL, 2005, p. 136), não contemplam uma definição satisfatória. Um fator fundamental a todas poliarquias e outros regimes, apontado por Dahl, é a crença na legitimidade do regime (DAHL, 2005, p. 136). Logo, as crenças políticas de uma população são essenciais para a fundamentação de um regime. Destaca-se, segundo o autor, as crenças de algumas pessoas, uma vez que "em todos os sistemas pessoas diferentes provocam um impacto desigual nos resultados políticos" (DAHL, 2005, p. 129). Deste modo, algumas pessoas acabam por influenciar as crenças dos demais, alheios aos processos decisórios mesmo em poliarquias, tornando-se fundamental ao pesquisador conhecer "quem alimenta quais crenças" (DAHL, 2005, p. 129).

Desse modo, Dahl se aproxima da explicação culturalista, uma vez que, segundo o autor, "as diferenças na cultura política de vários países ajudam a entender as diferenças na natureza de seus sistemas políticos" (DAHL, 2005, p. 159). As crenças políticas dependeriam da formação individual, em momentos de receptividade de cada um. Isso, por sua vez, dependeria tanto da exposição que alguém é submetido a determinadas crenças políticas, quanto "do prestígio de seus defensores e antagonistas e dos êxitos ou fracassos das pessoas, organizações e instituições que simbolizam a crença" (DAHL, 2005, p. 163). As crenças políticas acabam por ser alimentadas pelos ativistas políticos àqueles que não participam diretamente das organizações de governo. Assim, a crença subjetiva legitima um determinado sistema político e acaba por ter um "desenvolvimento autônomo não inteiramente sob o controle ou a manipulação de interesses sociais" (DAHL, 2005, p. 166). O que é fundamental na formatação de uma crença "é a cultura em que o indivíduo é criado, pois ele é condicionado a interpretar os acontecimentos de sua vida de uma determinada maneira" (DAHL, 2005, p. 167). Destaca-se, ainda, a possibilidade de um controle estrangeiro, que modifica "a natureza dos ativistas políticos, moldando uma nova relação entre os indivíduos e o sistema político" (DAHL, 2005, pp. 177-187).

Entretanto, cabe ressaltar, para Dahl não há um único motivo para a formulação de um sistema político. O autor apresenta, ao longo de sua Poliarquia, "sete conjuntos de condições complexas" (DAHL, 2005, p. 189), que não podem ser analisados por um gráfico rígido, em que bastaria alinhar os fatores e obter o resultado entre poliarquias, regimes hegemônicos ou oligarquias. Poder-se-ia analisar a construção histórica, a ordem

socioeconômica, o desenvolvimento econômico, a igualdade/desigualdade social, o pluralismo subcultural, a dominação estrangeira ou as crenças dos ativistas políticos. Entretanto as peculiaridades que o conjunto dos fatores acaba por formular em um país gera uma realidade específica.

Deste modo, não há garantias de que todos os países caminham para uma poliarquia. A constituição desses regimes passa por uma complexa cadeia de elementos. O que aqui é destacado é a característica fundamental de responsividade do Estado para sua definição como poliarquia. A constituição de um Estado nesses moldes passa, sobretudo pela crença individual nesse sistema como o mais adequado. Contudo, não são todos os indivíduos que participarão das decisões governamentais. Destacam-se grupos organizados na formulação e decisão. Nesse ponto, a figura dos ativistas políticos é fundamental, pois são eles que, como agentes políticos, contribuirão ou não para a estruturação de uma crença política.

Todavia, não se pode igualar as proposições dahlianas com o modelo elitista de Mosca, Pareto e Michels. Dahl não reconhece uma elite dirigente que imponha sua vontade acima de qualquer interesse incompatível ou oposto. Isto porque a crença no sistema político precisa existir, enquanto que a imposição da vontade de uma elite dirigente caracterizaria o uso de poder, ou, pelo menos, influência, em todas as ocasiões. O Estado poliárquico apresenta-se como uma esfera neutra que propõe respostas às demandas dos indivíduos ou grupos. A representatividade, mesmo que não garanta a satisfação dos interesses de todos os grupos, é garantida na medida em que o sistema se torna mais poliárquico, isto é, se esforce me responder as demandas dos governados, da maioria. A capacidade de mobilização, já pensada pelos elitistas, ganha, no pluralismo, o tom de uma possibilidade de se ver interesses atendidos. Sobretudo, o que o pluralismo afirma, é a possibilidade de acesso ao Estado por qualquer minoria organizada. Nesse aspecto, o pluralismo estaria resgatando a máxima de que, apesar de todas as suas limitações, a democracia seria a melhor forma possível de governo, pois a mais capaz de representação.

Referências bibliográficas

BACHRACH, Peter; BARATZ, Morton S. Duas faces do poder. In: *Revista de Sociologia e Política,* vol.19. nº.40. Curitiba-PR. Oct. 2011 <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782011000300011&script=sci_arttext> Acesso em 23/05/2013 as 14:05 .

DAHL, Robert. *Análise política moderna.* Trad.: Sérgio Bath. Brasília, UNB, 1981.

_____. Uma crítica do modelo de elite dirigente. In: M. S. AMORIM (org.), *Sociologia Política II*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. p. 90-100.

_____. Igualdade, diversidade e intensidade. In: *Um prefácio à teoria democrática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1989. pp. 93-119.

_____. *Poliarquia*: participação e oposição. Trad.: Celso Mauro Paciornik. São Paulo, EdUSP, 2005.

_____. The use of political resources. In: *Who Governs?* New Haven, Yale University Press, 1989. pp. 271-301.

_____. Uma crítica do modelo de elite dirigente. In: *Sociologia Política II*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. pp. 90-100.

EASTON, David. Teoria e pesquisa de comportamento. In: *Uma teoria da análise política*. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1968. pp. 19-46.

GUNNELL, John G. The genealogy of american pluralism: from Madison to Behaveoralism. In: *International Political Science Review*. V. 17. N° 3. 1996. pp. 253-265.

MICHELS, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: Ed. UnB, 1982.

MOSCA, Gaetano. *La clase política*. México, Fondo de Cultura Económica, 1992 [versão resumida por Norberto Bobbio], cap. 1. “El método en la ciência política”: 91-103.

_____. *La clase política*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992, [edição resumida por Norberto Bobbio], Primeira parte, p. 106-212.

PARETO, Vilfredo. Os resíduos. In: *Pareto*. São Paulo: Ática, 1984, p. 60-65. Coleção Grandes Cientistas Sociais.

_____. "As derivações". In *Pareto*. São Paulo, Ática, 1984, p. 66-74. Coleção Grandes Cientistas Sociais.

_____. "Propriedade dos resíduos e das derivações". In *Pareto*. São Paulo, Ática, 1984, p. 75-82. Coleção Grandes Cientistas Sociais.

PERISSINOTTO, Renato. CODATO, Adriano. Por um retorno à Sociologia das Elites. *Revista de Sociologia e Política,* v. 16, nº 30, junho 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782008000100002&lng=pt&nrm=i&tlng=pt>. Acesso em 15/06/2011.

PIO, Carlos; PORTO, Mauro. Teoria política contemporânea: política e economia segundo os argumentos elitistas, pluralistas e marxistas. In: RUA, Maria das Graças; CARVALHO, Maria Izabel Valladão de (org.). *O estudo da política: tópicos selecionados.* Brasília-DF, Paralelo 15, 1998. pp. 291-314.

ROCHA, Carlos Vasconcelos. *Neoinstitucionalismo como modelo de análise para as Políticas Públicas*: algumas observações. Civitas – Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre– RS, v. 5, n. 1, 212 p. jan.-jun. 2005. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/32/1604> Acesso em: 03/04/2012.

TRUMAN, David. B. Groups and Society. In: *Governmental Process: Political Interests and Public Opinion*. New York, Alfred A. Knopf, 1951. pp. 11-44.